

## **II. Situação Económico-Financeira** **Demonstrações Financeiras**

**E**sta parte do Relatório respeita à situação económico-financeira da Instituição, através da publicação dos respectivos Balanço e Contas e do Relatório dos Auditores.





## Situação Económico-Financeira

### Situação financeira

O crescimento da economia mundial em 2006 foi de 4,8 por cento, com as economias avançadas a progredir em 2,8 por cento. O aumento da taxa real do PIB nos Estados Unidos foi de 3,3 por cento, não significativamente diferente da taxa de 2005; as economias da Ásia excluindo o Japão cresceram 5 por cento; o PIB japonês aumentou 2,2 por cento; o crescimento da Zona Euro foi de 2,6 por cento, comparado com 1,4 por cento em 2005.

A taxa de inflação para o consumidor manteve-se controlada (3,2 por cento nos Estados Unidos e 2,2 por cento na Zona Euro).

Prevê-se que o crescimento real para 2007 continue razoavelmente sustentado, ainda que num ritmo mais brando que em 2006, e com a inflação a continuar sob controlo.

A incerteza política no Médio Oriente, o alto preço do petróleo e os receios relacionados com os efeitos da globalização sobre as economias avançadas, especialmente nos Estados Unidos e na Zona Euro, continua a afectar o mercado de acções; apesar destes problemas, o crescimento em 2006 em moeda local no mercado de acções dos Estados Unidos foi de cerca de 13 por cento, 7 por cento no Japão e 15 por cento na Zona Euro.

O Banco Central dos Estados Unidos continuou, em 2006, a aumentar as taxas a curto prazo, de 4,25 por cento no início do ano para 5,25 por cento em Dezembro de 2006. O Banco Central Europeu aumentou as taxas de juro de 2,25 por cento para 3,5 por cento em Dezembro de 2006. As taxas de juro a longo prazo continuaram estáveis; eram ligeiramente mais elevadas tanto nos Estados Unidos como na Zona Euro no final do ano.

Em 2006, o Dólar dos Estados Unidos depreciou-se de 12 por cento em relação ao Euro.

### Carteira de investimentos

Em 2006 o retorno total obtido pela carteira de investimentos da Fundação foi de 5,5 por cento.

O retorno analisado a cinco anos foi de 4,1 por cento, continuando a ser afectado pelo colapso do mercado de acções verificado entre 2000 e o primeiro semestre de 2003; este retorno foi melhor que o do *benchmark* interno, mas ainda distante do objectivo de retorno total da Fundação. O retorno a 3 anos, no entanto, foi de 7,5 por cento ao ano, igualando o objectivo de retorno total.

No princípio de cada ano, a Fundação estabelece um objectivo de retorno total para os seus gestores. Este retorno é definido de forma a permitir manter o poder de compra da carteira de investimentos, no médio e no longo prazo, para assegurar uma apreciação real da carteira tendo

em linha de conta o crescimento da economia e para aprovisionar os fundos necessários para o orçamento da Fundação. O seu cálculo é baseado em previsões económicas, incluindo a inflação e o crescimento real das principais economias. O retorno obtido em 2006 (5,5 por cento) foi inferior ao retorno estabelecido para este ano, mas excedeu o necessário à manutenção do poder de compra da carteira.

Como nos anos anteriores, a variação nos retornos obtidos pelos diferentes gestores da Fundação foi significativa, embora tivessem o mesmo objectivo de retorno e as mesmas directrizes de investimento. Cada gestor tem o seu estilo próprio e a variação depende da capacidade de antecipar ou reagir perante mudanças nos mercados.

A distribuição da carteira por principais classes de activos em 31 de Dezembro de 2006, foi a seguinte:

Acções	53 por cento
Obrigações	34 por cento
Liquidez	9 por cento
Imobiliário e outros investimentos	3 por cento
Moeda ( <i>Currency hedges</i> )	1 por cento
	<u>100 por cento</u>

A alocação dos activos em 31 de Dezembro de 2006 continuou a ser relativamente defensiva, embora no decurso do ano a liquidez tenha sido substancialmente reduzida, aumentando os fundos alocados a certos gestores. A liquidez e as obrigações destinam-se a reduzir a volatilidade e o risco da carteira e, considerando a natureza conservadora da Fundação, não se espera que a alocação de activos seja alterada significativamente no futuro.

## Interesses petrolíferos

Os preços do petróleo *brent spot* aumentaram cerca de 2 por cento durante 2006, de USD 59 no início do ano para USD 60 no final do ano. O preço médio foi de USD 65, substancialmente mais alto que em 2005 (USD 54). O preço mais elevado de USD 79 e o mais baixo de USD 51 foram, uma vez mais, significativamente superiores aos equivalentes em 2005.

O Grupo Partex obteve um aumento de 26 por cento no valor das vendas de petróleo e gás.

As participações em companhias petrolíferas foram reavaliadas ao valor justo, em 31 de Dezembro de 2006, de acordo com as normas internacionais de relato, por um banco de investimento. Estas participações foram originalmente avaliadas ao justo valor em 2001 e os *net present values* foram recalculados no final de cada ano para se assegurar a sua razoabilidade em novas circunstâncias.

Em consequência da desvalorização do USD relativamente ao Euro um aumento ao longo de 2006 nos valores das companhias subsidiárias de USD 57 milhões traduziu-se numa redução no seu valor em EU 34,5 milhões.

As concessões do grupo no Brasil e Argélia continuam numa fase inicial de exploração enquanto no Cazaquistão o projecto está já numa segunda fase de definição, prevendo-se que seja seguida durante 2007 de um plano de desenvolvimento do campo Dunga (*full field development plan*).

O progresso do investimento no Cazaquistão foi reavaliado em 2006 e como resultado das melhorias nas expectativas para o campo e dos melhores preços no mercado a provisão para imparidade de USD 18 131 230 foi anulada.

A fase de investimento nos projectos de energia renovável continua com empréstimos adicionais dos accionistas à Lusenerg-Energias Renováveis SGPS, SA. O programa de investimento da Generg SGPS, SA, na qual a Lusenerg tem uma participação de 57,5 por cento, foi financiado com sucesso em 2005. A Generg faz parte de um consórcio, ENEOP-Eolicas de Portugal SA, que ganhou o concurso para direitos a mw adicionais durante 2006. Investimentos adicionais foram feitos no fundo SGAM 4/D Energy Fund que tem tomado posições minoritárias em companhias de *downstream* e de serviços ligados à indústria petrolífera. Estes investimentos servem para diversificar a exposição do grupo à indústria de energia.

Em 2006 foi criada a Hidrexpand SA, uma nova subsidiária, que irá gerir os interesses do grupo em Portugal, nas bacias do Alentejo e de Peniche.

Por contrato datado de 29 de Dezembro de 2006, a Partex Oil and Gas (Holdings) Corporation negociou a aquisição de mais 10 por cento da Lusenerg, sujeito aos direitos preferenciais da própria companhia e das outras accionistas; espera-se que esta aquisição se tornará firme nos primeiros seis meses de 2007.

Prevê-se que o Grupo Partex Oil and Gas (Holdings) Corporation pague à Fundação um dividendo de USD 45 milhões relativo aos resultados líquidos de 2006 (USD 41 milhões em 2005). Adicionalmente, um dividendo interino de USD 2 milhões foi aprovado e pago em Dezembro de 2006.

## **Actividades e indicadores**

A execução do Orçamento e Plano de Actividades da Fundação no exercício de 2006 revela, em síntese, o seguinte:

- ▶ A execução orçamental ultrapassou as previsões iniciais, em virtude do acréscimo de encargos associados ao lançamento de novas obras e da atribuição de um bónus ao pessoal por ocasião das Comemorações do Cinquentenário da Fundação, que implicaram um reforço extraordinário de cerca de 5,3 milhões de euros.
- ▶ Considerando o reforço orçamental, a utilização das dotações orçamentais foi quase integral – 99 por cento – tendo sido apurado um saldo positivo de 1468 mil euros.
- ▶ Verificou-se um aumento dos gastos para o conjunto das actividades – os subsídios e bolsas de estudo cresceram 3,4 por cento e as iniciativas próprias registaram um significativo acréscimo (19 por cento), relativamente a 2005.
- ▶ Os custos de investimento cresceram cerca de 40 por cento relativamente ao ano anterior e 52 por cento relativamente ao orçamento inicial, sobretudo por via dos projectos de modernização das estruturas físicas e dos sistemas informáticos.

- › A distribuição pelas finalidades estatutárias apresentou uma estrutura semelhante à do ano anterior – com uma pequena diminuição na finalidade Ciência (cerca de 0,6 pontos percentuais) e ligeiros aumentos nas finalidades Beneficência e Educação (0,4 e 0,2 pontos percentuais, respectivamente).
- › Excluindo a atribuição de um bónus ao pessoal por ocasião das Comemorações do Cinquentenário, a execução dos custos com pessoal foi positiva, ficando dentro das disponibilidades orçamentais. Os encargos com o pessoal no activo baixaram e os custos com pensionistas aumentaram ligeiramente (4 por cento). Verificou-se uma diminuição de nove pessoas no activo e de 22 pensionistas. No final de 2006, havia 534 activos e 1042 pensionistas.
- › Os proveitos subiram ligeiramente em relação a 2005 e de forma acentuada face ao previsto. As participações externas, designadamente para projectos de investigação científica, continuam a ser a parcela mais significativa dos proveitos; as outras fontes de proveito – vendas de publicações, bilhetes para concertos e espectáculos, ingressos em museus e patrocínios – tiveram algumas oscilações mas demonstraram um padrão semelhante ao do passado e superior ao orçamentado.
- › A implementação das novas formas de intervenção lançadas nos anos anteriores foi prosseguida, designadamente, no que respeita aos Programas Gulbenkian de Língua Portuguesa, Ajuda ao Desenvolvimento e Criatividade e Criação Artística, bem como aos seguintes Projectos Transversais e Inovadores: “Investigação em Malária”, “Arquivo Digital de Arte Portuguesa” e “SaudAR – A Saúde e o Ar Que Respiramos”.
- › O Programa das Comemorações do Cinquentenário foi cumprido e a execução orçamental ficou globalmente dentro do orçamento, apesar de se terem realizado iniciativas que não estavam previstas, como a aquisição de obras de arte, e de se terem adiado algumas acções, para 2007, designadamente os cinco prémios Gulbenkian.
- › A comparação dos vários tipos de custos e dos proveitos, nos dois últimos anos, está patente no quadro seguinte:

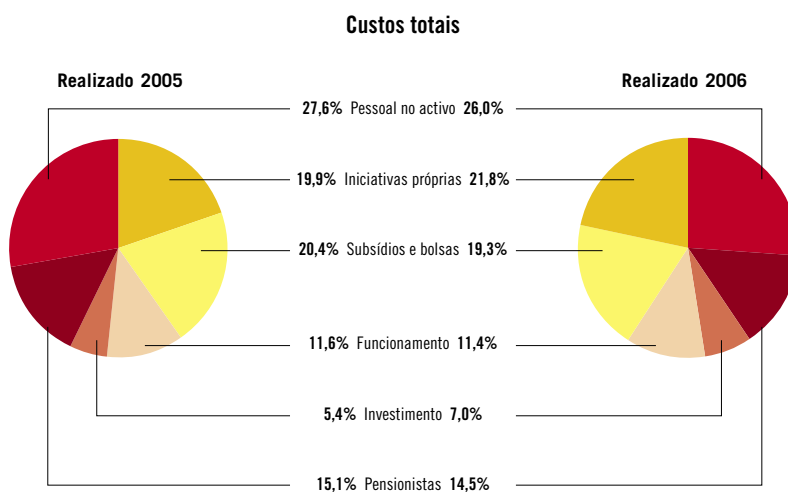
## Custos e proveitos realizados

Custos e proveitos	Euros			
	Realizado	Realizado	Variação	
	2005	2006	Valor absoluto	%
	1	2	3=2-1	4=2/1
Custos com pessoal no activo	29 812 870	30 630 701	817 831	2,7
› Pessoal no activo	29 812 870	29 359 701	-453 169	-1,5
› Bónus	0	1 271 000	1 271 000	-
Custos de estrutura	18 359 937	21 633 058	3 273 121	17,8
› Investimento	5 844 445	8 193 794	2 349 349	40,2
› Funcionamento	12 515 492	13 439 264	923 772	7,4
Subsídios e bolsas	21 995 811	22 747 148	751 337	3,4
Iniciativas próprias	21 486 404	25 662 347	4 175 943	19,4
Custos com pensionistas	16 288 298	16 979 378	691 080	4,2
Custos de reestruturação	4 255 043	425 361	-3 829 682	-90,0
<b>Custo total bruto</b>	<b>112 198 363</b>	<b>118 077 993</b>	<b>5 879 630</b>	<b>5,2</b>
Proveitos (-)	8 903 555	8 985 726	82 171	0,9
<b>Custo total líquido</b>	<b>103 294 808</b>	<b>109 092 267</b>	<b>5 797 459</b>	<b>5,6</b>

As alterações verificadas na estrutura de custos da Fundação resultam, em grande medida, dos eventos associados às Comemorações do Cinquentenário.

Faz-se notar a redução do peso relativo dos custos com pessoal no activo (de 27,6 por cento para 26 por cento) e com pensionistas (de 15,1 por cento para 14,5 por cento).

No que respeita às actividades, é de assinalar uma ligeira redução do peso dos subsídios e bolsas de estudo (de 20,4 por cento para 19,3 por cento) e um aumento da participação das iniciativas próprias na estrutura de custos (de 19,9 por cento para 21,8 por cento). Os custos de funcionamento mantiveram, praticamente, a sua posição relativa e o investimento reforçou a sua importância, passando de 5,4 por cento para 7 por cento.



Para efeitos da repartição percentual da despesa bruta, não se consideraram os custos de reestruturação, por terem um carácter transitório e extraordinário.

## Pessoal

Os movimentos de pessoal verificados ao longo do ano cifraram-se na redução total de 31 pessoas, resultante da diminuição de nove pessoas ao serviço e de 22 pensionistas.

	31.12.2005	31.12.2006
<b>Pessoal ao serviço</b>	<b>543</b>	<b>534</b>
› Efectivos	539	525
› Contratados	4	9
<b>Pensionistas</b>	<b>1 064</b>	<b>1 042</b>
› Pré-reformas	80	80
› Reformas antecipadas	252	251
› Reformas por velhice/invalidez	544	528
› Pensões de sobrevivência	188	183
<b>Total</b>	<b>1 607</b>	<b>1 576</b>

Fonte: SRH.

## Actividade da Fundação em 2006

A importância e a diversidade das actuações da Fundação – as quais contemplam duas vertentes distintas: a concessão de subsídios e bolsas de estudo e a realização de iniciativas próprias – e o seu impacto em termos de beneficiários, número de eventos e meios financeiros envolvidos, está bem patente nos quadros que seguem:

<b>Actividades distributivas</b>	<b>Beneficiários</b>	<b>Custo directo</b>
	<b>N.º</b>	<b>Euros</b>
Subsídios	1 707	15 047 062
Bolsas de estudo	6 186	7 700 086

<b>Iniciativas</b>	<b>Acontecimentos</b>	<b>Custo directo</b>
	<b>N.º</b>	<b>Euros</b>
Exposições	35	3 361 672
Concertos (N.º de sessões)	189	11 857 436
Cinema e outros espectáculos (N.º de sessões)	27	120 335
Publicações	123	3 395 815
Colóquios e conferências	205	1 353 032
Actividades educativas	2 729	1 060 917
Cursos de formação	54	780 919
Prémios	1	156 163
Projectos de investigação	106	2 171 916
Aquisição de obras de arte	22	1 350 129
Outras iniciativas	–	2 039 953



<b>Actividades permanentes</b> [Museus, bibliotecas e instituições]	<b>Visitantes/Utentes</b>	<b>Custo directo</b>
	<b>N.º</b>	<b>Euros</b>
Museu Calouste Gulbenkian	157 053	2 593 731
Centro de Arte Moderna	81 298	2 079 880
Instituto Gulbenkian de Ciência	–	5 825 441
Biblioteca de Arte	4 140	2 244 011
Biblioteca do Centro Cultural de Paris	1 308	488 461

## Beneficiários e acontecimentos

O impacto das actividades desenvolvidas pela Fundação, medido através dos indicadores físicos, registou algumas variações relativamente ao ano anterior. De um modo geral, o número de beneficiários dos apoios concedidos aumentou, bem como o público beneficiário das iniciativas desenvolvidas.

<b>Público beneficiário</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>Variação</b>
	<b>N.º</b>	<b>N.º</b>	<b>%</b>
Beneficiários de subsídios	1 625	1 707	5
Bolseiros	5 743	6 186	8
Visitantes dos museus	218 921	238 351	9
Visitantes das exposições temporárias	317 323	371 182	17
Presenças nos concertos	128 039	119 413	-7
Presenças nos espectáculos de cinema e outros espectáculos	22 018	11 747	-47
Utilizadores das actividades educativas	8 440	25 778	205
Leitores/Utilizadores de bibliotecas e arquivos	5 512	5 448	-1

<b>Acontecimentos</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>Variação</b>
	<b>N.º</b>	<b>N.º</b>	<b>N.º</b>
Exposições temporárias	27	35	8
Concertos ( <i>N.º de sessões</i> )	190	189	-1
Cinema e outros espectáculos ( <i>N.º de sessões</i> )	46	27	-19
Publicações			
» Edições	115	123	8
» Exemplares	262 160	297 080	34 920
Colóquios e conferências	161	205	44
Actividades educativas	2 359	2 729	370
Cursos de formação	54	54	0
Prémios	3	1	-2
Projectos de investigação	114	106	-8
Aquisição de obras de arte	23	22	-1

## Custo das actividades

Os meios financeiros afectos ao desenvolvimento das várias actividades excederam os do ano anterior, conforme se pode verificar pela informação apresentada nos quadros que seguem:

<b>Actividades distributivas</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>Variação</b>
	<b>Euros</b>	<b>Euros</b>	<b>%</b>
Subsídios	14 959 250	15 047 062	0,6
Bolsas de estudo	7 036 561	7 700 086	9

<b>Iniciativas</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>Variação</b>
	<b>Euros</b>	<b>Euros</b>	<b>%</b>
Exposições	2 601 446	3 361 672	29
Concertos, cinema e outros espectáculos	13 473 490	11 977 771	-11
Publicações	2 536 140	3 395 815	34
Colóquios e conferências	1 181 728	1 353 032	14
Actividades educativas	693 612	1 060 917	53
Cursos de formação	1 024 640	780 919	-24
Prémios	222 471	156 163	-30
Projectos de investigação	2 260 338	2 171 916	-4
Aquisição de obras de arte	165 880	1 350 129	714
Outras iniciativas	-	2 039 953	-

<b>Actividades permanentes</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>Variação</b>
	<b>Euros</b>	<b>Euros</b>	<b>%</b>
Museu Calouste Gulbenkian	2 304 071	2 593 731	13
Centro de Arte Moderna	2 087 514	2 079 880	-0,4
Instituto Gulbenkian de Ciência	5 789 061	5 825 441	0,6
Biblioteca de Arte	1 927 905	2 244 011	16
Biblioteca do Centro Cultural de Paris	462 760	488 461	6

## **Análise às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

No exercício de 2006 o património líquido representado pelo fundo de capital atingiu os 2767,2 milhões de euros, correspondendo a um acréscimo de 11,3 milhões de euros em relação ao ano anterior.

O Balanço apresenta o total do activo em 31 de Dezembro de 2006 na ordem dos 3077,5 milhões de euros. Para este valor contribuíram fundamentalmente:

- ▶ a carteira de investimentos financeiros – Investimentos correntes e Outras aplicações de tesouraria – no montante de 2163,2 milhões de euros, que apresentou um aumento de cerca de 25 milhões de euros, relativamente a 2005;
- ▶ os investimentos nos interesses no sector da energia – incluídos em Investimentos não correntes e activos fixos tangíveis –, no valor de 608,2 milhões de euros. É de salientar o efeito penalizador da forte apreciação do Euro face ao USD que mais do que ultrapassou o crescimento da maioria dos activos nesta área, cuja moeda de referência é o USD, na sua consolidação em euros.

O passivo diminuiu 5,6 por cento, passando de 328,6 milhões de euros em 2005 para 310,4 milhões de euros em 2006, consequência da descida do valor dos credores, que reflecte, principalmente, o decréscimo em cerca de 23,5 por cento do valor dos credores ligados aos interesses petrolíferos.

Relativamente à Demonstração das operações, o retorno total situou-se nos 193 milhões de euros. Deste montante, o retorno financeiro representou cerca de 120,7 milhões de euros e o retorno das actividades petrolíferas 72,3 milhões de euros. O decréscimo no retorno das actividades petrolíferas face ao ano anterior ficou a dever-se ao facto de em 2006 não ter havido resultados extraordinários da venda de activos, como aconteceu em 2005.

O valor dos outros proveitos aumentou 44,3 por cento, passando de 8,2 milhões de euros em 2005 para 11,9 milhões de euros em 2006.

Os recursos afectos à distribuição e actividades directas foram de 77,3 milhões de euros, um acréscimo de 5,3 por cento em relação ao ano anterior. Os custos administrativos e operacionais situaram-se nos 27,1 milhões de euros, um aumento de cerca de 3,8 milhões de euros relativamente ao ano anterior, devido, principalmente, a obras de manutenção e melhoramento dos edifícios e outras infra-estruturas.

24 de Abril de 2007



## Demonstrações Financeiras

Demonstração consolidada das operações  
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

		(10 <sup>3</sup> Euros)	
	Notas	2006	2005
Vendas de petróleo e gás		<b>765 200</b>	618 353
Custo das vendas		<b>(718 179)</b>	(582 066)
Outros rendimentos do petróleo e gás	3	<b>25 284</b>	90 293
<b>Retorno das actividades petrolíferas</b>		<b>72 305</b>	126 580
Proveitos financeiros		<b>275 001</b>	310 906
Custos financeiros		<b>(154 327)</b>	(110 417)
<b>Retorno financeiro</b>	4	<b>120 674</b>	200 489
Imparidade	5	<b>14 197</b>	–
Outros proveitos	6	<b>11 875</b>	8 228
Distribuição e actividades directas	7	<b>(77 348)</b>	(73 476)
Outros custos administrativos e operacionais	8	<b>(27 158)</b>	(23 383)
Custos de reestruturação	10	<b>(425)</b>	(4 255)
Provisões	11	<b>(13 391)</b>	(45 107)
Amortizações	12	<b>(2 494)</b>	(1 429)
Impostos e taxas		<b>(5)</b>	(77)
<b>Transferência para o Fundo de Capital</b>		<b>98 230</b>	187 570

 Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(10<sup>3</sup> Euros)

	Notas	2006	2005
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	13	143 159	82 417
Investimentos não correntes	14	536 087	571 555
		<b>679 246</b>	653 972
<b>Activo corrente</b>			
Investimentos correntes	16	2 084 005	1 991 596
Outras aplicações de tesouraria	17	79 201	146 643
Devedores	18	97 785	125 861
Caixa e equivalentes de caixa	19	137 290	166 313
		<b>2 398 281</b>	2 430 413
<b>Total do activo</b>		<b>3 077 527</b>	3 084 385
<b>FUNDO DE CAPITAL</b>			
Capital recebido do Fundador	20	11 747	11 747
Reservas	21	2 657 197	2 556 516
Transferência para o Fundo de Capital		98 230	187 570
<b>Total do fundo de capital</b>		<b>2 767 174</b>	2 755 833
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	22	225 027	228 645
<b>Passivo corrente</b>			
Subsídios e bolsas	23	7 253	6 891
Credores e outros passivos	24	78 073	93 016
		<b>85 326</b>	99 907
<b>Total do passivo</b>		<b>310 353</b>	328 552
<b>Total do fundo de capital e passivo</b>		<b>3 077 527</b>	3 084 385

✚ Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

Demonstração de fluxos de caixa consolidados  
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(10<sup>3</sup> Euros)

	2006	2005
<b>Actividades operacionais</b>		
Recebimentos de actividades petrolíferas e de gás	72 305	126 580
Realizações/investimentos em activos financeiros correntes	12 400	(60 199)
Distribuição e actividades directas	(74 706)	(72 175)
Pagamentos de pensões	(16 752)	(16 050)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional	(20 055)	(25 938)
<b>Fluxo gerado pelas actividades operacionais</b>	<b>(26 808)</b>	<b>(47 782)</b>
<b>Actividades de investimento</b>		
Investimentos financeiros não correntes	(15 292)	(26 655)
Dividendos	19 716	13 921
Aquisições de imobilizado	(61 350)	(18 862)
Outros recebimentos/(pagamentos)	(12 731)	11 025
<b>Fluxo gerado pelas actividades de investimento</b>	<b>(69 657)</b>	<b>(20 571)</b>
Varição líquida em caixa e equivalentes	(96 465)	(68 353)
Caixa e equivalentes no início do período	312 956	381 309
	<b>216 491</b>	<b>312 956</b>

➤ Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

Mapa dos movimentos consolidados do Fundo de Capital  
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(10<sup>3</sup> Euros)

	Total do fundo de capital	Capital recebido do Fundador	Diferenças cambiais	Reserva de justo valor	Outras reservas
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2004</b>	2 338 283	11 747	(17 802)	237 401	2 106 937
Reserva de justo valor	193 818	-	-	193 818	-
Diferença cambial	36 162	-	36 162	-	-
Transferência para o Fundo de Capital	187 570	-	-	-	187 570
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2005</b>	2 755 833	11 747	18 360	431 219	2 294 507
Reserva de justo valor	(50 760)	-	-	(50 760)	-
Diferença cambial	(36 129)	-	(36 129)	-	-
Transferência para o Fundo de Capital	98 230	-	-	-	98 230
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2006</b>	2 767 174	11 747	(17 769)	380 459	2 392 737

➤ Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.



Demonstração individual das operações  
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(10<sup>3</sup> Euros)

	Notas	2006	2005
Proveitos financeiros		297 338	341 803
Custos financeiros		(154 112)	(108 897)
<b>Retorno financeiro</b>	4	143 226	232 906
Outros proveitos	6	11 682	8 228
Distribuição e actividades directas	7	(77 348)	(73 476)
Outros custos administrativos e operacionais	8	(17 619)	(15 203)
Custos de reestruturação	10	(425)	(4 255)
Provisões	11	(12 311)	(44 792)
Amortizações	12	(2 182)	(1 188)
Imparidade	5	(159)	–
Impostos e taxas		(5)	(26)
<b>Transferência para o Fundo de Capital</b>		44 859	102 194

➤ Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

## Balanço individual em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(10<sup>3</sup> Euros)

	Notas	2006	2005
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	13	15 756	11 953
Investimentos não correntes	14	54 680	39 270
Investimentos em empresas subsidiárias	15	713 681	748 215
		<b>784 117</b>	<b>799 438</b>
<b>Activo corrente</b>			
Investimentos correntes	16	2 084 005	1 991 596
Outras aplicações de tesouraria	17	79 201	146 643
Devedores	18	61 790	62 333
Caixa e equivalentes de caixa	19	1 502	1 614
		<b>2 226 498</b>	<b>2 202 186</b>
<b>Total do activo</b>		<b>3 010 615</b>	<b>3 001 624</b>
<b>FUNDO DE CAPITAL</b>			
Capital recebido do Fundador	20	11 747	11 747
Reservas	21	2 710 568	2 641 892
Transferência para o Fundo de Capital		44 859	102 194
<b>Total do fundo de capital</b>		<b>2 767 174</b>	<b>2 755 833</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	22	220 691	224 530
<b>Passivo corrente</b>			
Subsídios e bolsas	23	7 253	6 891
Credores e outros passivos	24	15 497	14 370
		<b>22 750</b>	<b>21 261</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>243 441</b>	<b>245 791</b>
<b>Total do fundo de capital e passivo</b>		<b>3 010 615</b>	<b>3 001 624</b>

✚ Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

Demonstração de fluxos de caixa  
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(10<sup>3</sup> Euros)

	2006	2005
<b>Actividades operacionais</b>		
Realizações/investimentos em activos financeiros correntes	4 851	(64 057)
Distribuição e actividades directas	(74 706)	(72 175)
Pagamentos de pensões	(16 488)	(15 817)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional	(16 295)	(16 636)
<b>Fluxo gerado pelas actividades operacionais</b>	<b>(102 638)</b>	<b>(168 685)</b>
<b>Actividades de investimento</b>		
Investimentos financeiros não correntes	(14 394)	(8 816)
Dividendos	55 403	48 676
Aquisições de imobilizado	(8 409)	(5 900)
Outros recebimentos/(pagamentos)	2 484	(8 446)
<b>Fluxo gerado pelas actividades de investimento</b>	<b>35 084</b>	<b>25 514</b>
Variação líquida em caixa e equivalentes	(67 554)	(143 171)
Caixa e equivalentes no início do período	148 257	291 428
	<b>80 703</b>	<b>148 257</b>

➤ Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

Mapa dos movimentos do Fundo de Capital  
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(10<sup>3</sup> Euros)

	Total do fundo de capital	Capital recebido do Fundador	Reserva de justo valor	Outras reservas
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2004</b>	2 338 283	11 747	433 620	1 892 916
Reserva de justo valor	315 356	-	315 356	-
Transferência para o Fundo de Capital	102 194	-	-	102 194
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2005</b>	2 755 833	11 747	748 976	1 995 110
Reserva de justo valor	(33 518)	-	(33 518)	-
Transferência para o Fundo de Capital	44 859	-	-	44 859
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2006</b>	2 767 174	11 747	715 458	2 039 969

➤ Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

# Notas às Demonstrações Financeiras

## Consolidadas e Individuais

31 de Dezembro de 2006 e 2005

### Nota 1

#### *Actividades*

A Fundação Calouste Gulbenkian (Fundação) é uma instituição constituída sem fins lucrativos com sede em Lisboa, Portugal. A Fundação foi criada pelo testamento do seu fundador Senhor Calouste Sarkis Gulbenkian, sendo-lhe atribuído o estatuto de utilidade pública pelo Decreto-Lei n.º 40690, de 18 de Julho de 1956. A acção da Fundação exerce-se através da concessão de subsídios e realização de outras formas de actividade com os seguintes fins estatutários: Arte, Beneficência, Ciência e Educação.

As actividades das companhias subsidiárias (Grupo) estão relacionadas com as suas participações nos interesses petrolíferos e do gás no Médio Oriente, Norte de África, Brasil, Cazaquistão, Angola e Portugal.

### Nota 2

#### *Políticas contabilísticas*

#### **a) Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Fundação em 3 de Maio de 2007. Estas reflectem os resultados consolidados das operações da Fundação e das suas subsidiárias, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros, arredondadas ao milhar mais próximo

e foram preparadas de acordo com as IFRS aprovadas pela União Europeia e em vigor nessa data. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico e modificadas pela aplicação do justo valor para os investimentos, conforme mencionado na alínea h).

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que a Fundação formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentadas na alínea s).

#### **b) Bases de consolidação**

#### *Datas de referência*

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos, passivos e resultados da Fundação e das suas empresas subsidiárias, tal como definido na nota 15, relativamente aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas da Fundação.

#### *Participações financeiras em subsidiárias*

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que a Fundação exerce o controlo

são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que a Fundação assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando a Fundação detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Existe também controlo quando a Fundação detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o capital próprio seja inferior a 50 por cento.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo na medida em que for incorrido. Os lucros obtidos subsequentemente dessa subsidiária são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

#### *Participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro*

As demonstrações financeiras das subsidiárias da Fundação residentes no estrangeiro são preparadas na sua moeda funcional. Na consolidação, o valor dos activos e passivos das subsidiárias residentes no estrangeiro são registados pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço.

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método de consolidação integral, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial no início do ano e a taxa de câmbio em vigor na data de balanço, a que se reportam as contas consolidadas, devem ser relevadas por contrapartida de reservas consolidadas.

Os resultados destas subsidiárias são consolidados pelo seu contravalor em Euros, à taxa de câmbio média ponderada do exercício.

#### *Contabilização em base individual das participações financeiras em subsidiárias*

Em base individual, os investimentos em entidades subsidiárias que não estejam classificados como detidos para venda, ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como detido para venda, são reconhecidos ao justo valor, com as variações registadas por contrapartida de reservas de justo valor, sendo sujeitos a testes de imparidade periódicos.

#### *Saldos e transacções eliminados na consolidação*

Os saldos e transacções entre empresas da Fundação, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizados resultantes dessas transacções, são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

#### **c) Transacções em moeda estrangeira**

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, que estão contabilizados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção. Activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

Quando um ganho ou uma perda num item não monetário é reconhecido directamente no fundo de capital, qualquer componente de câmbio desse ganho ou perda deve ser reconhecido directamente no fundo de capital. Pelo contrário, quando um ganho ou uma perda com um item não monetário é reconhecido nos resultados, qualquer componente de câmbio desse ganho ou perda deve ser reconhecido nos resultados.

#### d) Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de “software” e com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

#### e) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição líquido de subsídios recebidos e das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Fundação, pelo que as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

São efectuados testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Para os imóveis e equipamento de transporte as amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes. Para os restantes bens de imobilizado o custo incorrido é reconhecido no ano de aquisição. As amortizações são calculadas de acordo com os seguintes períodos que reflectem a vida útil esperada:

	Número de anos
› Edifícios	50
› Equipamento de transporte	4 a 5
› Outro equipamento	1

As obras efectuadas nos edifícios são amortizadas pelos períodos remanescentes de vida útil dos mesmos.

#### f) Colecções de arte

A colecção de arte da Fundação foi doada pelo Senhor Calouste Sarkis Gulbenkian e está incluída nas Demonstrações Financeiras por um valor simbólico.

As obras de arte adquiridas posteriormente e até ao exercício de 2005, foram totalmente amortizadas no ano de aquisição. A partir do exercício de 2006, são registadas pelo valor de aquisição e sujeitas a testes de imparidade numa base periódica, conforme IAS 36.

#### g) Locações

A Fundação classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

##### *Locação financeira*

##### › Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

#### h) Outros activos financeiros não correntes e correntes

A Fundação classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

##### *Activos financeiros ao justo valor através de resultados*

Esta categoria inclui i) os activos financeiros detidos para negociação, adquiridos com o objectivo

principal de serem transaccionados no curto prazo e ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

#### *Activos financeiros disponíveis para venda*

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que

i) a Fundação tem intenção de manter por tempo indeterminado, ou ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

#### *Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento*

Aquisições e alienações de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data em que a Fundação se compromete adquirir ou alienar os activos.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionados dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando i) expiram os direitos contratuais da Fundação ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ii) a Fundação tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou iii) a Fundação não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, tenha transferido o controlo sobre os activos.

#### *Mensuração subsequente*

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor, sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas de justo valor, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de justo valor é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são igualmente reconhecidas em reservas. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva e os dividendos reconhecidos nas demonstrações das operações.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“bid-price”). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, modelos de desconto de fluxos de caixa e pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os activos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

#### *Transferências entre categorias*

De acordo com as exigências da IAS 39, a Fundação não procede à transferência de instrumentos financeiros de e para a categoria de activos financeiros ao justo valor através de resultados.

#### *Imparidade*

A Fundação avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista a evidência objectiva de imparidade



resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como:

- ▶ para títulos cotados, uma desvalorização continuada ou uma redução significativa de valor na sua cotação;
- ▶ para títulos não cotados, quando esse evento tenha um impacto no valor estimado dos fluxos futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas de justo valor, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

#### **i) Instrumentos financeiros derivados**

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“trade date”) pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período excepto no que se refere aos derivados de cobertura.

O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, em resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou, na sua ausência, é determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“discounted cash flows”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

#### **j) Devedores**

O valor de balanço de devedores é analisado anualmente por forma a determinar se existe algum indício de imparidade. Se tal indício existir,

é estimado o valor recuperável do activo. Uma perda por imparidade é reconhecida por contrapartida de resultados sempre que o valor de balanço do activo excede o seu valor recuperável.

Uma perda por imparidade reconhecida de um activo em anos anteriores deve ser revertida se, e somente se, houver uma alteração nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável do activo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida.

#### **k) Subsídios recebidos**

Os subsídios recebidos no âmbito do Programa Operacional da Cultura destinados a financiar a remodelação de infra-estruturas e equipamentos, são creditados em resultados, em conformidade com as taxas de amortização do equipamento correspondente.

#### **l) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário e saldos de depósitos em bancos com maturidade inferior a três meses.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e depósitos à ordem.

#### **m) Reconhecimento de custos e proveitos**

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

Juros, dividendos, “royalties” e outros proveitos resultantes dos recursos da Fundação são reconhecidos como proveitos, quando é provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Fundação e o proveito possa ser mensurado com confiança. Os juros são

reconhecidos com base na periodificação, excepto se existirem dúvidas quanto ao seu recebimento. Os “royalties” e outros proveitos são reconhecidos com base na periodificação dos proveitos, com referência à substância do acordo relevante.

#### **n) Reconhecimento de proveitos nas actividades petrolíferas**

Os proveitos resultantes da venda de petróleo e gás são apenas reconhecidos quando os riscos e os benefícios do direito de propriedade se encontram transferidos para o comprador e quando não existe incerteza na determinação dos custos associados.

#### **o) Custos capitalizados nas actividades petrolíferas**

Os custos com a aquisição de propriedades ou concessões, os poços de pesquisa de petróleo com sucesso, os custos de desenvolvimento, incluindo juros de financiamento, o equipamento e instalações de suporte à actividade petrolífera são capitalizados. Estes investimentos são reconhecidos como activos fixos tangíveis na data da transacção. Os custos capitalizados nas actividades petrolíferas são objecto de testes de imparidade sempre que, eventos ou circunstâncias, indiciem que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

#### **p) Impostos**

Por despacho do Ministro das Finanças, de 18 de Julho de 1989, foi reconhecida à Fundação Calouste Gulbenkian a isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

#### **q) Planos de pensões**

Na Fundação existem diversos planos de pensões, incluindo nomeadamente planos de benefício definido e de contribuição definida.

A Fundação, sob a forma de plano de benefícios definidos, assumiu as responsabilidades de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice,

pensões de reforma por invalidez e pensões de pré-reforma, nos termos estabelecidos no “Plano de Pensões do Pessoal” (1979) e no “Plano de Pensões da Fundação” (1997). As responsabilidades do “Plano Complementar de Pensões de Contribuição Definida” (2005) são financiadas através de contribuições para o Fundo de Pensões Aberto BPI Acções. Os empregados da Delegação da Fundação no Reino Unido têm um Plano de Pensões próprio.

As pensões, relativas aos planos de 1979 e 1997, destinam-se a complementar as pensões atribuídas pela Segurança Social e são determinadas em função do tempo de serviço de cada empregado. Para cobrir esta responsabilidade é constituída uma provisão que representa uma estimativa do capital necessário para pagar os benefícios aos actuais pensionistas e os benefícios futuros a pagar aos empregados actuais.

A Fundação financia as suas responsabilidades através da constituição de uma provisão que representa uma estimativa do capital necessário para pagar os benefícios aos actuais pensionistas e os benefícios futuros a pagar aos empregados actuais.

As responsabilidades da Fundação com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho das contas, por actuários externos.

O cálculo actuarial é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada e utilizando pressupostos actuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19.

Os custos de serviço corrente e os custos de serviços passados em conjunto com a provisão apurada são registados na demonstração das operações.

A responsabilidade da Fundação relativa aos planos de pensões de benefício definido é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos

passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual. A taxa de desconto aplicada corresponde à taxa de obrigações sem risco com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais apurados anualmente são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais acumulados no início do ano que excedam 10 por cento do maior de entre os valores das responsabilidades e do plano, também reportados ao início do ano, sejam reconhecidos na conta de custos ou proveitos no exercício em que ocorrem. Os ganhos e perdas actuariais acumulados no início do ano que se situem dentro do referido limite, são reconhecidos no Corredor do plano de pensões e não são amortizados.

Anualmente, a Fundação reconhece como custo, na demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui i) o custo do serviço corrente e ii) o custo dos juros.

#### **r) Provisões**

São reconhecidas provisões quando i) a Fundação tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

#### **s) Principais estimativas e julgamentos utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras**

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Fundação são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua

aplicação afecta os resultados reportados pela Fundação e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Fundação e empresas subsidiárias é apresentada na nota 2 às Demonstrações Financeiras.

Considerando que em muitas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Fundação poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Fundação e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida, são apresentados apenas para permitir um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas sejam mais apropriadas.

#### *Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda*

A Fundação determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

A Fundação determina o justo valor através de avaliações efectuadas por especialistas independentes ou por recursos internos. As avaliações reflectem o valor actual líquido dos fluxos de caixa futuros estimados tendo por base metodologias de avaliação e informação de mercado.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados.

### *Justo valor dos instrumentos financeiros*

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

### *Imparidade dos activos de longo prazo*

Os Activos fixos tangíveis são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos activos fixos tangíveis e intangíveis pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados.

### *Planos de pensões*

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

### **Nota 3**

#### *Outros rendimentos do petróleo e gás*

A rubrica “Outros rendimentos do petróleo e gás” é assim detalhada:

(10<sup>3</sup> Euros)

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Royalties	–	63 005
Dividendos	21 251	23 409
Prestação de serviços	4 033	3 879
	<b>25 284</b>	<b>90 293</b>

A rubrica “Royalties” em 2005 inclui o montante de € 53 555 000 relativo à venda de direitos sobre interesses petrolíferos em Omã.

### **Nota 4**

#### *Retorno financeiro*

A política da Fundação visa obter uma taxa de retorno sobre a sua carteira de investimentos, líquida de despesas directas. Esta taxa é acordada anualmente com os gestores responsáveis pelo investimento dos fundos no âmbito de orientações previamente estabelecidas pela Fundação. A desagregação do retorno total atingido em 2006 e 2005 é a seguinte:

(10<sup>3</sup> Euros)

	<b>Consolidado</b>		<b>Fundação</b>	
	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
<i>Proveitos financeiros:</i>				
Juros	37 182	31 718	29 633	27 860
Dividendos	19 716	13 921	55 403	48 676
Ganhos realizados com investimentos	107 629	25 138	107 629	25 138
Reavaliação dos investimentos	102 026	236 330	102 026	236 330
Diferenças cambiais favoráveis	7 645	3 343	1 844	3 343
Outros proveitos financeiros	803	456	803	456
	<b>275 001</b>	<b>310 906</b>	<b>297 338</b>	<b>341 803</b>
<i>Custos financeiros:</i>				
Perdas realizadas com investimentos	(2 600)	(24 393)	(2 600)	(24 393)
Reavaliação dos investimentos	(140 231)	(76 802)	(140 231)	(76 802)
Custos directos	(7 639)	(6 605)	(7 424)	(6 298)
Diferenças cambiais desfavoráveis	(3 857)	(2 617)	(3 857)	(1 404)
	<b>(154 327)</b>	<b>(110 417)</b>	<b>(154 112)</b>	<b>(108 897)</b>
	<b>120 674</b>	<b>200 489</b>	<b>143 226</b>	<b>232 906</b>

## Nota 5

### Imparidade

A “Imparidade” do exercício é assim detalhada:

	Consolidado		Fundação	
	2006	2005	2006	2005
Redução de imparidade sobre activos fixos tangíveis	14 356	-	-	-
Perdas por imparidade de devedores (dotação)	(159)	-	(159)	-
	<b>14 197</b>	<b>0</b>	<b>(159)</b>	<b>0</b>

## Nota 6

### Outros proveitos

A rubrica “Outros proveitos” é assim detalhada:

	Consolidado		Fundação	
	2006	2005	2006	2005
Venda de edições	1 287	1 236	1 287	1 236
Venda de bilhetes	1 727	1 507	1 727	1 507
Comparticipação de outras entidades	4 643	4 589	4 643	4 589
Outros	4 218	896	4 025	896
	<b>11 875</b>	<b>8 228</b>	<b>11 682</b>	<b>8 228</b>

## Nota 7

### Distribuição e actividades directas

A repartição dos custos pelos fins estatutários da Fundação, é apresentada como segue:

	Consolidado		Fundação	
	2006	2005	2006	2005
Beneficência	8 228	7 375	8 228	7 375
Arte	35 552	34 096	35 552	34 096
Educação	21 828	20 637	21 828	20 637
Ciência	11 740	11 368	11 740	11 368
	<b>77 348</b>	<b>73 476</b>	<b>77 348</b>	<b>73 476</b>

A rubrica “Distribuição e actividades directas” inclui o montante de € 2 280 000 (2005: € 2 512 000) e € 21 874 000 (2005: € 21 448 000) relativo a custos com amortizações e custos com o pessoal, respectivamente.

## Nota 8

### Outros custos administrativos e operacionais

A rubrica “Outros custos administrativos e operacionais” é assim detalhada:

	Consolidado		Fundação	
	2006	2005	2006	2005
Custos com o pessoal	16 798	15 421	8 866	8 252
Trabalhos especializados	4 374	2 983	3 941	2 769
Conservação e reparação	1 048	1 017	1 048	1 017
Outros fornecimentos e serviços	3 823	2 969	3 040	2 581
Outros custos operacionais	1 115	993	724	584
	<b>27 158</b>	<b>23 383</b>	<b>17 619</b>	<b>15 203</b>

## Nota 9

### Custos com o pessoal

A rubrica “Custos com o pessoal” é assim detalhada:

	Consolidado		Fundação	
	2006	2005	2006	2005
Conselho de Administração	1 248	1 146	957	940
Ordenados e salários	29 285	27 739	22 995	22 006
Encargos sobre remunerações	5 634	5 459	4 738	4 784
Outros custos com o pessoal	2 505	2 525	2 050	1 970
	<b>38 672</b>	<b>36 869</b>	<b>30 740</b>	<b>29 700</b>

O número de efectivos é analisado como segue:

	Consolidado		Fundação	
	2006	2005	2006	2005
Conselho de Administração	9	9	9	9
Pessoal	596	606	525	534
	<b>605</b>	<b>615</b>	<b>534</b>	<b>543</b>

Os custos com o pessoal incluem o montante de € 21 874 000 (2005: € 21 448 000) que se encontram afectos à rubrica “Distribuição e actividades directas”, conforme mencionado na nota 7.

## Nota 10

### Custos de reestruturação

A rubrica “Custos de Reestruturação” no montante de € 425 000 (2005: € 4 255 000) refere-se aos custos suportados pela Fundação com o pagamento de compensações financeiras decorrentes de medidas de reestruturação orgânica e funcional, decididas pelo Conselho de Administração.

## Nota 11

### Provisões

As provisões do exercício no Consolidado, líquidas de reforços e anulações, são assim detalhadas:

(10<sup>3</sup> Euros)

	2006		
	Dotações	Reposições	Total
Provisão para pensões	12 922	–	12 922
Outras provisões	601	(132)	469
	<b>13 523</b>	<b>(132)</b>	<b>13 391</b>

(10<sup>3</sup> Euros)

	2005		
	Dotações	Reposições	Total
Provisão para pensões	41 856	–	41 856
Outras provisões	3 251	–	3 251
	<b>45 107</b>	<b>–</b>	<b>45 107</b>

As provisões do exercício para a Fundação, líquidas de reforços e anulações, são assim detalhadas:

(10<sup>3</sup> Euros)

	2006		
	Dotações	Reposições	Total
Provisão para pensões	12 432	–	12 432
Outras provisões	11	(132)	(121)
	<b>12 443</b>	<b>(132)</b>	<b>12 311</b>

(10<sup>3</sup> Euros)

	2005		
	Dotações	Reposições	Total
Provisão para pensões	41 653	–	41 653
Outras provisões	3 139	–	3 139
	<b>44 792</b>	<b>–</b>	<b>44 792</b>

## Nota 12

### Amortizações

A rubrica “Amortizações” é assim detalhada:

(10<sup>3</sup> Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2006	2005	2006	2005
Terrenos e edifícios	796	553	796	553
Equipamento de transporte	465	421	376	360
Outro equipamento	3 513	2 967	3 290	2 787
	<b>4 774</b>	<b>3 941</b>	<b>4 462</b>	<b>3 700</b>
Amortizações afectas à rubrica Distribuição e actividades directas	(2 280)	(2 512)	(2 280)	(2 512)
	<b>2 494</b>	<b>1 429</b>	<b>2 182</b>	<b>1 188</b>

As amortizações dos exercícios incluem o montante de € 2 280 000 (2005: € 2 512 000) que se encontram afectas à rubrica “Distribuição e actividades directas”, conforme mencionado na nota 7.

## Nota 13

### Activos fixos tangíveis

A rubrica “Activos fixos tangíveis” é assim detalhada:

(10<sup>3</sup> Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2006	2005	2006	2005
<i>Custo:</i>				
Terrenos e edifícios	28 245	24 874	28 245	24 874
Equipamento de transporte	2 449	2 371	2 072	2 084
Outro equipamento	21 311	18 161	19 031	15 993
Obras de arte	1 350	–	1 350	–
Imobilizado em curso	126 767	85 193	–	–
	<b>180 122</b>	<b>130 599</b>	<b>50 698</b>	<b>42 951</b>
<i>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:</i>				
Amortizações acumuladas	(36 963)	(32 813)	(34 942)	(30 998)
Perdas de imparidade	–	(15 369)	–	–
	<b>(36 963)</b>	<b>(48 182)</b>	<b>(34 942)</b>	<b>(30 998)</b>
	<b>143 159</b>	<b>82 417</b>	<b>15 756</b>	<b>11 953</b>

A rubrica “Obras de arte” refere-se a obras adquiridas para o Centro de Arte Moderna. As obras adquiridas até ao exercício de 2005 foram consideradas como custo. A partir do exercício de 2006 as obras adquiridas ficam registadas ao seu custo de aquisição, conforme a política contabilística 2 f).

O Imobilizado em curso inclui o montante de € 56 092 000 (2005: € 59 470 000) relativo ao investimento efectuado no projecto “Dunga Oil Field” em parceria com a Oman Oil Company Ltd.

Esta rubrica inclui ainda investimentos efectuados em concessões petrolíferas no Brasil, Argélia, Angola e Portugal, nos montantes de: € 38 440 000 (2005: € 22 430 000), € 4 467 000 (2005: € 3 293 000), € 27 057 000 e € 711 000, respectivamente.

A perda de imparidade foi determinada em 2001, através do valor actual líquido dos “cash flows” estimados futuros, tendo por base pressupostos de mercado determinados por avaliadores independentes. A 31 de Dezembro de 2001 foi constituída uma perda de imparidade no montante de USD 43 131 230 para reflectir o justo valor deste activo. Com a entrada da Maersk no projecto, a abordagem tecnológica da exploração do petróleo foi reavaliada, pelo que em 2003 a Administração considerou apropriada a redução da imparidade em USD 25 000 000. Em 2006, como consequência do teste de imparidade aos custos capitalizados no projecto “Dunga Oil Field”, foi anulada a restante imparidade, no montante de USD 18 131 230 (€ 14 356 000).

Os movimentos da rubrica “Activos fixos tangíveis” durante o ano de 2006, no Consolidado, são assim detalhados:

(10<sup>3</sup> Euros)

	Saldo em 01/Jan.	Aquisições/ /dotações	Redução de imparidade	Abates	Diferenças cambiais	Saldo em 31/Dez.
<i>Custo:</i>						
Terrenos e edifícios	24 874	3 380	-	(9)	-	28 245
Equipamento de transporte	2 371	390	-	(305)	(7)	2 449
Outro equipamento	18 161	3 482	-	(270)	(62)	21 311
Obras de arte	-	1 350	-	-	-	1 350
Imobilizado em curso	85 193	52 613	-	-	(11 039)	126 767
	<b>130 599</b>	<b>61 215</b>	<b>-</b>	<b>(584)</b>	<b>(11 108)</b>	<b>180 122</b>
<i>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:</i>						
Terrenos e edifícios	13 706	796	-	(3)	-	14 499
Equipamento de transporte	1 442	465	-	(295)	(5)	1 607
Outro equipamento	17 665	3 513	-	(261)	(60)	20 857
Imobilizado em curso	15 369	-	(14 356)	-	(1 013)	-
	<b>48 182</b>	<b>4 774</b>	<b>(14 356)</b>	<b>(559)</b>	<b>(1 078)</b>	<b>36 963</b>

Os movimentos da rubrica “Activos fixos tangíveis” durante o ano de 2006, para a Fundação, são assim detalhados:

(10<sup>3</sup> Euros)

	Saldo em 01/Jan.	Aquisições/ /dotações	Abates	Saldo em 31/Dez.
<i>Custo:</i>				
Terrenos e edifícios	24 874	3 380	(9)	28 245
Equipamento de transporte	2 084	254	(266)	2 072
Outro equipamento	15 993	3 290	(252)	19 031
Obras de arte	-	1 350	-	1 350
	<b>42 951</b>	<b>8 274</b>	<b>(527)</b>	<b>50 698</b>
<i>Amortizações acumuladas:</i>				
Terrenos e edifícios	13 706	796	(3)	14 499
Equipamento de transporte	1 302	376	(266)	1 412
Outro equipamento	15 990	3 290	(249)	19 031
	<b>30 998</b>	<b>4 462</b>	<b>(518)</b>	<b>34 942</b>

A 31 de Dezembro de 2006, a rubrica “Equipamento de transporte” inclui viaturas em locação no montante de € 1 610 000 (2005: € 1 906 000), sendo as correspondentes rendas vincendas no montante de € 998 000 (2005: € 1 147 000).

As aquisições de equipamento de transporte ocorridas durante ano de 2006, no montante de € 254 000 (2005: € 794 000), correspondem na totalidade a novos contratos de locação financeira.

## Nota 14

### Investimentos não correntes

A rubrica “Investimentos não correntes” é assim detalhada:

		(10 <sup>3</sup> Euros)			
		Consolidado		Fundação	
		2006	2005	2006	2005
Interesses petrolíferos e do gás:					
Acções	389 104	452 496	-	-	
Adiantamentos	65 055	64 972	-	-	
Outros investimentos:					
Fundo NovEnergia	10 837	7 009	-	-	
Lusenerg Energias Renováveis SGPS, S.A.	11 618	4 762	-	-	
SGAM/4D Global Energy Fund	4 793	3 046	-	-	
Office Park Expo – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	39 612	26 653	39 612	26 653	
Imosocial – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	5 978	4 037	5 978	4 037	
Logística & Distribuição – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	9 090	8 580	9 090	8 580	
	<b>536 087</b>	<b>571 555</b>	<b>54 680</b>	<b>39 270</b>	

A diferença entre o valor de aquisição e o justo valor encontra-se registada na Reserva de justo valor do Fundo de Capital, conforme referido na nota 21. Estes investimentos são classificados como disponíveis para venda, conforme política contabilística 2 h).

As acções em investimentos em interesses petrolíferos e do gás encontram-se registadas pelo justo valor, conforme descrito na política contabilística 2 h). As avaliações são efectuadas por entidades independentes e reflectem o valor actual líquido dos fluxos de caixa futuros estimados tendo por base pressupostos de mercado.

A 31 de Dezembro de 2006, os interesses petrolíferos e do gás, no Consolidado, são apresentados como segue:

(10 <sup>3</sup> Euros)					
Nome	Segmento	Sede	Moeda	% detida	Justo valor
ADPC/ADCO	Petróleo	EAU	USD	2%	64 313
PDO/POHOL	Petróleo	Omã	USD	2%	137 737
MUKHAIZNA	Petróleo	Omã	USD	1%	47 912
GASCO	Gás	EAU	USD	2%	11 617
OLNG	Gás	Omã	USD	2%	124 070
GISCO	Gás	Omã	USD	5%	3 455
					<b>389 104</b>

O justo valor dos investimentos não correntes foi objecto de actualização com referência a 31 de Dezembro de 2006, ascendendo a Reserva de justo valor a € 380 459 000 (2005: € 431 219 000). A movimentação da Reserva de justo valor é assim detalhada:

		(10 <sup>3</sup> Euros)			
		Consolidado		Fundação	
		2006	2005	2006	2005
Reserva de justo valor a 1 de Janeiro	431 219	237 401	842	261	
Acréscimo/(decréscimo) da reserva de justo valor	(50 760)	193 818	1 016	581	
Reserva de justo valor a 31 de Dezembro	<b>380 459</b>	<b>431 219</b>	<b>1 858</b>	<b>842</b>	

A Reserva de justo valor acima referida é apresentada líquida de diferenças cambiais.

A rubrica “Acréscimo/(decréscimo) da reserva de justo valor” inclui, a 31 de Dezembro de 2006, no Consolidado, diferenças cambiais desfavoráveis no montante de € 44 868 000. A 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica inclui o montante de € 36 664 000 de diferenças cambiais favoráveis.



Os movimentos da rubrica “Investimentos não correntes” durante o ano de 2006, no Consolidado, são assim detalhados:

(10 <sup>3</sup> Euros)					
	Saldo em	Aquisições/	Diferenças	Alterações no	Saldo em
	01/Jan.	/(alienações)	cambiais	justo valor	31/Dez.
Interesses petrolíferos e do gás:					
Acções	452 496	2 602	(2 546)	(63 448)	389 104
Adiantamentos	64 972	6 857	(6 774)	-	65 055
Outros investimentos:					
Fundo NovEnergia	7 009	-	-	3 828	10 837
Lusenerg Energias Renováveis SGPS, S.A.	4 762	110	-	6 746	11 618
SGAM/4D Global Energy Fund	3 046	913	(264)	1 098	4 793
Office Park Expo – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	26 653	12 500	-	459	39 612
Imosocial – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	4 037	1 894	-	47	5 978
Logística & Distribuição – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	8 580	-	-	510	9 090
	<b>571 555</b>	<b>24 876</b>	<b>(9 584)</b>	<b>(50 760)</b>	<b>536 087</b>

Os movimentos da rubrica “Investimentos não correntes” durante o ano de 2006, para a Fundação, são assim detalhados:

(10 <sup>3</sup> Euros)				
	Saldo em	Aquisições/	Alterações	Saldo em
	01/Jan.	/(alienações)	no justo valor	31/Dez.
Office Park Expo – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado				
	26 653	12 500	459	39 612
Imosocial – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado				
	4 037	1 894	47	5 978
Logística & Distribuição – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado				
	8 580	-	510	9 090
	<b>39 270</b>	<b>14 394</b>	<b>1 016</b>	<b>54 680</b>

O Grupo efectuou um investimento no fundo fechado NovEnergia 2010 no montante de € 5 211 596 (2005: € 5 211 596), sendo o justo valor do fundo no montante de € 10 837 000 (2005: € 7 009 000). Este fundo encontra-se registado no Luxemburgo e tem como objectivo o investimento em projectos que utilizam energias renováveis como fonte energética e em empresas relacionadas com o seu desenvolvimento.

O Grupo efectuou um investimento numa participação de 5 por cento na Lusenerg – Energias Renováveis SGPS, S.A. Esta empresa detém uma participação maioritária na Generg SGPS, S.A., que produz energia a partir de fontes renováveis.

O investimento na Lusenerg – Energias Renováveis SGPS, S.A. inclui também suprimentos que se destinam a necessidades de financiamento da Generg SGPS, S.A. Os suprimentos têm uma taxa de juro Euribor a 6 meses ou 12 meses, com um *spread* entre 0,65 por cento e 1,50 por cento e com uma maturidade entre Dezembro de 2012 e Dezembro de 2015. O Grupo assumiu, em 28 de Dezembro de 2006, o compromisso de adquirir mais 10 por cento da participada, ao preço de € 2700 por acção, estando sujeito a que os restantes accionistas não exerçam os direitos de preferência.

O Grupo assumiu o compromisso de investir USD 5 100 000 no fundo de direito irlandês SGAM/4D Global Energy Fund plc, dos quais 96 por cento se encontram subscritos a 31 de Dezembro de 2006. Este fundo pretende efectuar investimentos na área da energia.

A Fundação efectuou, durante 2006, um investimento no montante de € 12 500 000 no fundo Office Park Expo – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado. O fundo destina-se à aquisição de terrenos, construção e arrendamento ou venda de prédios no Parque das Nações em Lisboa.

#### Nota 15

##### *Investimentos em empresas subsidiárias*

A rubrica “Investimentos em empresas subsidiárias” é assim detalhada:

(10 <sup>3</sup> Euros)		
	<i>Fundação</i>	
	2006	2005
Partex Oil and Gas (Holdings) Corporation	713 647	748 181
Economic and General Secretariat Limited	34	34
	<b>713 681</b>	<b>748 215</b>

Os investimentos estão apresentados líquidos de mais ou menos-valias apuradas de acordo com a política contabilística 2 h).

O valor destes investimentos foi objecto de actualização com referência a 31 de Dezembro de 2006, ascendendo a Reserva de justo valor a € 713 600 000 (2005: € 748 134 000).

A movimentação da Reserva de justo valor é assim detalhada:

(10 <sup>3</sup> Euros)		
	<i>Fundação</i>	
	2006	2005
Reserva de justo valor a 1 de Janeiro	748 134	433 359
Acréscimo/(decréscimo) da reserva de justo valor	(34 534)	314 775
Reserva de justo valor a 31 de Dezembro	<b>713 600</b>	<b>748 134</b>

Em 31 de Dezembro de 2006, as Companhias subsidiárias incluídas na consolidação pelo método integral da Fundação foram as seguintes:

(10 <sup>3</sup> Euros)									
Subsidiárias	Sede	Capital	Moeda	Activos	Passivos	Proveitos	Resultados líquidos	%	Actividade económica
Participações directas:									
Partex Oil and Gas (Holdings) Corporation	Ilhas Caimão	50 000	USD	89 983	62 325	42 960	42 380	100	c)
Economic and General Secretariat Limited*	Inglaterra	4 000	GBP	34	–	–	–	100	b)
Participações indirectas:									
(através da Partex Oil and Gas (Holdings) Corporation)									
Participations and Explorations Corporation	Panamá	2 800	USD	300 374	165 109	505 155	8 550	100	a)
Partex (Oman) Corporation	Panamá	2 500	USD	564 526	33 917	252 356	54 748	100	a)
Partex Gas Corporation	Panamá	2 000 000	USD	44 545	15 924	33 056	6 435	100	a)
Partex (Kazakhstan) Corporation	Ilhas Caimão	5 000	USD	56 890	64 412	17 625	12 310	100	a)
Partex Services Corporation	Panamá	2 300 000	USD	3 725	1 412	8 101	55	100	b)
PMO Services S.A.	Liechtenstein	500 000	CHF	1 304	99	1 433	41	100	b)
Partex Brasil, Ltda.	Brasil	1 000 000	BRL	27 046	39 675	5 584	3 509	100	a)
Partex (Brazil) Corporation	Ilhas Caimão	50 000	USD	47 983	34 441	166	(2 465)	100	c)
Partex (Algeria) Corporation	Ilhas Caimão	50 000	USD	4 478	4 440	219	–	100	a)
Partex Services Brasil Petrolíferos, Ltda.	Brasil	1 000 000	BRL	462	75	1 147	55	100	b)
Hidrexpan, S.A.	Portugal	50 000	EUR	1 472	1 419	13	3	100	a)
(através da Partex Services Corporation)									
Partex Services Portugal – Serviços para a Indústria Petrolífera, S.A.**	Portugal	50 000	EUR	1 298	955	4 888	103	100	b)

a) Companhias participantes em concessões petrolíferas ou operações contratuais.

b) Prestação de serviços.

c) Gestora de participações.

\* Esta empresa participada encontra-se sem actividade.

\*\* Alteração da denominação social da "Petroprim – Serviços para a Indústria Petrolífera, S.A."

Durante o exercício de 2006, ocorreram as seguintes alterações no perímetro de consolidação: constituição da Partex Services Brasil Petrolíferos, Ltda. e constituição da Hidrexpan, S.A.

## Nota 16

### Investimentos correntes

A rubrica “Investimentos correntes” é assim detalhada:

	(10 <sup>3</sup> Euros)			
	Consolidado		Fundação	
	2006	2005	2006	2005
<i>Titulos de rendimento fixo:</i>				
Obrigações	620 036	619 366	620 036	619 366
<i>Titulos de rendimento variável:</i>				
Acções	981 645	983 399	981 645	983 399
Fundos de investimento	464 350	404 098	464 350	404 098
<i>Contratos a prazo de moeda</i>				
› Compra moeda	(1 236 584)	(1 093 349)	(1 236 584)	(1 093 349)
› Venda moeda	1 254 356	1 077 816	1 254 356	1 077 816
Futuros	179	266	179	266
Opções	23	-	23	-
	<b>2 084 005</b>	<b>1 991 596</b>	<b>2 084 005</b>	<b>1 991 596</b>

Esta rubrica refere-se a investimentos classificados como investimentos de negociação, sendo as variações ocorridas no justo valor registadas na Demonstração das operações, conforme política contabilística 2 h).

## Nota 17

### Outras aplicações de tesouraria

A rubrica “Outras aplicações de tesouraria”, no montante de € 79 201 000 (2005: € 146 643 000), refere-se a aplicações de tesouraria com um prazo inferior a três meses, que se encontram registadas ao custo amortizado.

## Nota 18

### Devedores

A rubrica “Devedores” é assim detalhada:

	(10 <sup>3</sup> Euros)			
	Consolidado		Fundação	
	2006	2005	2006	2005
Companhias subsidiárias	-	-	34 764	35 586
Devedores (interesses petrolíferos)	58 458	84 997	-	-
Juros a receber	283	189	283	189
Corredor do plano de pensões	20 121	19 347	20 049	19 220
Devedores diversos	19 194	21 440	6 965	7 450
	<b>98 056</b>	<b>125 973</b>	<b>62 061</b>	<b>62 445</b>
Perdas por imparidade	(271)	(112)	(271)	(112)
	<b>97 785</b>	<b>125 861</b>	<b>61 790</b>	<b>62 333</b>

A rubrica “Companhias subsidiárias” é assim detalhada:

	(10 <sup>3</sup> Euros)	
	Fundação	
	2006	2005
Dividendos atribuídos	34 169	35 140
Empréstimos	90	90
Adiantamentos	505	356
	<b>34 764</b>	<b>35 586</b>

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica “Corredor do plano de pensões”, na Fundação e no Consolidado, no montante de € 20 049 000 (2005: € 19 220 000) e de € 20 121 000 (2005: € 19 347 000), refere-se ao valor do corredor em conformidade com a política contabilística 2 q).

A rubrica “Devedores diversos” inclui o montante de € 3 292 000 (2005: € 4 938 000) referente ao remanescente a receber pela venda de um imóvel ocorrida no exercício de 2003, pelo montante de € 9 976 000. O montante em dívida será pago em prestações anuais, iguais e sucessivas, com vencimento a 30 de Junho. A última prestação será liquidada em 30 de Junho de 2008.

Esta rubrica inclui também o montante de € 109 000 (2005: € 100 000) relativo a uma

contribuição extraordinária para o Fundo de Pensões Aberto BPI Ações, no âmbito do Plano Complementar de Pensões de Contribuição Definida (PCPCD).

Os movimentos das perdas por imparidade são assim discriminados:

(10<sup>3</sup> Euros)

	<b>Consolidado</b>		<b>Fundação</b>	
	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Saldo em 1 de Janeiro	112	112	112	112
Dotação do exercício	159	-	159	-
Saldo em 31 de Dezembro	<b>271</b>	<b>112</b>	<b>271</b>	<b>112</b>

## Nota 19

### Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” é assim detalhada:

(10<sup>3</sup> Euros)

	<b>Consolidado</b>		<b>Fundação</b>	
	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Caixa	11	129	11	129
Depósitos	137 279	166 184	1 491	1 485
	<b>137 290</b>	<b>166 313</b>	<b>1 502</b>	<b>1 614</b>

## Nota 20

### Capital recebido do Fundador

A rubrica “Capital recebido do Fundador” no montante de € 11 746 690 refere-se ao montante recebido do seu Fundador, Senhor Calouste Sarkis Gulbenkian.

## Nota 21

### Reservas

A rubrica “Reservas” é assim detalhada:

(10<sup>3</sup> Euros)

	<b>Consolidado</b>		<b>Fundação</b>	
	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Reserva de justo valor				
Investimentos não correntes	380 459	431 219	1 858	842
Investimentos em empresas subsidiárias	-	-	713 600	748 134
Reserva legal	42	42	-	-
Diferença cambial de consolidação	(17 769)	18 360	-	-
Outras reservas	2 294 465	2 106 895	1 995 110	1 892 916
	<b>2 657 197</b>	<b>2 556 516</b>	<b>2 710 568</b>	<b>2 641 892</b>

Na Reserva de justo valor registam-se as variações acumuladas no justo valor existentes à data de balanço referentes aos Investimentos não correntes e aos Investimentos em empresas subsidiárias.

Na rubrica “Diferença cambial de consolidação”, está relevado o montante da variação em moeda nacional do capital das empresas consolidadas expresso em moeda estrangeira decorrente da alteração do câmbio respectivo.

As taxas de câmbio utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras são as seguintes:

Moeda	<b>Taxas em 2006</b>		<b>Taxas em 2005</b>	
	<b>Câmbio final</b>	<b>Câmbio médio</b>	<b>Câmbio final</b>	<b>Câmbio médio</b>
Dólar – USD	1,3170	1,2630	1,1797	1,2380
Libra – GBP	0,6715	0,6819	0,6853	0,6830
Franco Suíço – CHF	1,6069	1,5768	1,5548	1,5548
Real Brasileiro – BRL	2,8118	2,7365	2,7440	2,7440

## Nota 22

### Provisões

A rubrica “Provisões” é assim detalhada:

	(10 <sup>3</sup> Euros)			
	Consolidado		Fundação	
	2006	2005	2006	2005
Provisão para planos de pensões	218 851	222 279	216 326	219 553
Outras provisões	6 176	6 366	4 365	4 977
	<b>225 027</b>	<b>228 645</b>	<b>220 691</b>	<b>224 530</b>

#### Provisão para plano de pensões

A Fundação assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de pré-reforma, nos termos estabelecidos no “Regulamento do Plano de Pensões do Pessoal” (1979) e no “Plano de Pensões” (1997).

Estas pensões destinam-se a complementar as pensões atribuídas pela Segurança Social e são determinadas em função do tempo de serviço de cada empregado. Para cobrir esta responsabilidade é constituída uma provisão que representa uma estimativa do capital necessário para pagar os benefícios aos actuais pensionistas e os benefícios futuros a pagar aos empregados actuais.

O número de participantes abrangidos por estes planos de pensões é o seguinte:

	(10 <sup>3</sup> Euros)			
	Consolidado		Fundação	
	2006	2005	2006	2005
Activos	497	509	493	504
Pré-reformados	80	83	80	83
Reformados	936	953	929	945
	<b>1 513</b>	<b>1 545</b>	<b>1 502</b>	<b>1 532</b>

Os movimentos relativos a provisões para os planos de pensões são assim detalhados:

	(10 <sup>3</sup> Euros)			
	Consolidado		Fundação	
	2006	2005	2006	2005
Saldo no início do período	222 279	194 474	219 553	192 202
Dotação do exercício	12 922	41 856	12 432	41 653
Utilizações de provisões	(16 752)	(16 050)	(16 488)	(15 817)
Diferenças cambiais	(372)	348	-	-
Transferências	774	1 651	829	1 515
Saldo no fim do período	<b>218 851</b>	<b>222 279</b>	<b>216 326</b>	<b>219 553</b>

A rubrica “Transferências” refere-se ao montante de perdas actuariais consideradas em “Devedores”, no corredor do Plano de Pensões, que se situam dentro do limite do mesmo.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as responsabilidades por serviços passados associados a estes planos de pensões são as seguintes:

	(10 <sup>3</sup> Euros)			
	Consolidado		Fundação	
	2006	2005	2006	2005
Responsabilidades no início do período	222 279	194 474	219 553	192 202
Custo dos serviços correntes	2 317	2 143	2 258	2 115
Custo dos juros	10 300	9 937	10 174	9 822
Benefícios pagos	(16 742)	(16 062)	(16 488)	(15 817)
Perdas actuariais	697	31 367	829	31 231
Custo com os serviços passados	-	420	-	-
Responsabilidades no fim do período	<b>218 851</b>	<b>222 279</b>	<b>216 326</b>	<b>219 553</b>
Responsabilidade por serviços futuros	<b>193 117</b>	<b>193 190</b>	<b>192 407</b>	<b>192 069</b>

Após a análise dos indicadores de mercado, em particular as perspectivas da taxa de inflação e da taxa de juro de longo prazo para a Zona Euro, bem como das características demográficas dos seus colaboradores, foram alterados os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma com referência a 31 de Dezembro de 2005. Os pressupostos actuariais em 2006 e 2005 são os seguintes:

	2006	2005
Taxa de rentabilidade real de longo prazo face ao crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de rentabilidade real de longo prazo face ao crescimento das pensões	3,25%	3,25%
Taxa de rendimento do fundo	4,75%	4,75%
Taxa de desconto	4,75%	4,75%
Tábuas de mortalidade		
Masculina	TV 73/77(M)	TV 73/77(M)
Feminina	TV 88/90(F)	TV 88/90(F)
Tábua de invalidez	EKV 80	EKV 80

As perdas actuariais líquidas do exercício de 2005, nos montantes de € 31 231 000 e de € 31 367 000, na Fundação e no Consolidado, devem-se essencialmente à alteração de pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades. Estas alterações são apresentadas como segue:

- i) perdas actuariais na Fundação e no Consolidado incluem os montantes de € 11 321 000 e de € 11 421 000, decorrente da alteração da taxa de desconto;
- ii) perdas actuariais na Fundação e no Consolidado incluem os montantes de € 10 391 000 e de € 10 427 000, decorrente da alteração da tábua de mortalidade feminina.

Em 2006, na Fundação e no Consolidado contabilizaram-se, como custos com pensões de reforma, os montantes de € 12 432 000 (2005: € 41 653 000) e de € 12 922 000 (2005: € 41 856 000).

Os movimentos ocorridos na rubrica “Corredor do plano de pensões” relacionados com pensões para o ano de 2006 são assim detalhados:

(10 <sup>3</sup> Euros)		
Corredor do plano de pensões		
	Consolidado	Fundação
Saldo inicial	19 347	19 220
Perdas actuariais do ano	774	829
Saldo final	<b>20 121</b>	<b>20 049</b>

Considerando os ganhos e perdas actuariais registados no cálculo das responsabilidades e no valor da provisão, com referência a 31 de Dezembro de 2006, o valor do corredor ascendia na Fundação e no Consolidado a € 20 049 000 (2005: € 19 220 000) e € 20 121 000 (2005: € 19 347 000).

#### Outras provisões

As outras provisões respeitam a compromissos com outras entidades governamentais e indemnizações relativas ao termo de contratos de trabalho de trabalhadores no estrangeiro.

Os movimentos relativos a outras provisões são assim detalhados:

(10 <sup>3</sup> Euros)				
	Consolidado		Fundação	
	2006	2005	2006	2005
Saldo em 1 de Janeiro	6 366	4 035	4 977	2 859
Reforço de outras provisões	601	3 251	11	3 139
Redução de provisões	(132)	-	(132)	-
Utilização de provisões	(491)	(1 104)	(491)	(1 021)
Diferenças cambiais	(168)	184	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	<b>6 176</b>	<b>6 366</b>	<b>4 365</b>	<b>4 977</b>

#### Nota 23

##### Subsídios e bolsas

A rubrica “Subsídios e bolsas” no montante de € 7 253 000 (2005: € 6 891 000) corresponde aos subsídios e bolsas já autorizados pela Administração mas que ainda se encontram por pagar, por razões não imputáveis à Fundação.

## Nota 24

### *Credores e outros passivos*

A rubrica “Credores e outros passivos” é assim detalhada:

(10<sup>3</sup> Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2006	2005	2006	2005
Credores (interesses petrolíferos)	57 161	74 714	–	–
Fornecedores de locação financeira	945	1 080	945	1 080
Credores diversos	19 967	17 222	14 552	13 290
	<b>78 073</b>	<b>93 016</b>	<b>15 497</b>	<b>14 370</b>

A rubrica “Fornecedores de locação financeira”, pelo prazo residual, é assim detalhada:

(10<sup>3</sup> Euros)

	2006		
	Total	Menos de um ano	Entre um e cinco anos
Capital	945	385	560
Juros	53	28	25
Rendas	<b>998</b>	<b>413</b>	<b>585</b>
	2005		
	Total	Menos de um ano	Entre um e cinco anos
Capital	1 080	366	714
Juros	67	32	35
Rendas	<b>1 147</b>	<b>398</b>	<b>749</b>

## Nota 25

### *Justo valor de activos e passivos financeiros*

A 31 de Dezembro de 2006 e 2005 não se verificam diferenças entre o valor contabilístico e o justo valor de activos e passivos financeiros.

## Nota 26

### *Compromissos*

Até 31 de Dezembro de 2006, diversos bancos emitiram “performance guarantees” no montante de € 7 831 435 (2005: € 5 556 000) relativamente a compromissos assumidos pelas concessões no Brasil.

O Grupo assumiu um compromisso com o governo da República do Cazaquistão em que a Partex

(Kazakhstan) Corporation cumprirá as suas obrigações em relação à concessão do Dunga.

## Nota 27

### *Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas*

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Fundação e o Grupo ainda não aplicaram na elaboração das suas demonstrações financeiras, são descritas seguidamente:

#### *IFRIC 8 – Âmbito da aplicação da IFRS 2*

O International Financial Reporting Committee (IFRIC) emitiu em 12 de Janeiro de 2006 a IFRIC 8 – Âmbito da aplicação do IFRS 2 e a sua aprovação pela Comissão Europeia foi em 8 de Setembro de 2006.

Esta interpretação clarifica a IFRS 2 – Pagamento com base em acções aplica-se às situações em que a entidade efectua pagamentos com base em acções por um valor aparentemente nulo ou residual. A IFRIC 8 explica que, se o benefício concedido aparenta ser menor que o justo valor do instrumento de capital atribuído ou das responsabilidades assumidas, esta situação indica, normalmente, que outro benefício foi ou irá ser recebido pelo que se aplica a IFRS 2.

Esta IFRIC é mandatária e aplicável a períodos anuais que tiveram início em ou após 1 de Maio de 2006.

A Fundação e o Grupo não esperam vir a ter nenhum impacto com a adopção da IFRIC 8.

#### *IFRIC 9 – Reavaliação dos derivados embutidos*

O International Financial Reporting Committee (IFRIC) emitiu em 12 de Março de 2006 a IFRIC 9 – Reavaliação dos derivados embutidos e a sua aprovação pela Comissão Europeia foi em 8 de Setembro de 2006.

Esta interpretação clarifica que o momento de reavaliação da separação dos derivados embutidos deverá ser apenas quando existirem alterações aos próprios contratos.

Esta IFRIC é mandatória e aplicável a períodos anuais que tiveram início em ou após 1 de Junho de 2006.

A Fundação e o Grupo não esperam vir a ter nenhum impacto com a adopção da IFRIC 9.

#### *IFRIC 10 – Reporte financeiro interino e imparidade*

O International Financial Reporting Committee (IFRIC) emitiu em 20 de Julho de 2006 a IFRIC 10 – Reporte financeiro interino e imparidade e está prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia para o segundo trimestre de 2007.

Esta IFRIC proíbe a reversão das perdas por imparidade reconhecidas nos períodos interinos anteriores, relativamente a *goodwill*, investimentos em instrumentos de capital ou activos financeiros registados ao custo.

Esta IFRIC é mandatória para exercícios a partir de 2007 e a sua aplicação será prospectiva para *goodwill*, investimentos em instrumentos de capital ou activos financeiros registados ao custo, a partir da primeira data de adopção das IAS 36 e IAS 39 pela primeira vez.

A Fundação e o Grupo não esperam vir a ter nenhum impacto com a adopção da IFRIC 10.

#### *IFRIC 11 – IFRS 2 – Transacções com Treasury shares e Grupo*

O International Financial Reporting Committee (IFRIC) emitiu em 2 de Novembro de 2006 a IFRIC 11 – IFRS 2 – Transacções com Treasury shares e Grupo e está prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia para o segundo trimestre de 2007. Esta IFRIC aborda dois assuntos distintos:

1. a) Contratos onde uma entidade atribui aos seus empregados direitos a instrumentos de capital,

e terá que optar em pagar em acções próprias ou terá que adquirir instrumentos de capital de outra entidade para satisfazer as suas obrigações perante os seus colaboradores;

1. b) Contratos onde aos colaboradores de uma entidade são atribuídos direitos a instrumentos de capital dessa entidade.

2. Contratos de pagamento com acções próprias que envolvem duas ou mais entidades do mesmo Grupo.

Esta IFRIC é mandatória para exercícios a partir de 1 de Janeiro de 2007.

A Fundação e o Grupo não esperam vir a ter nenhum impacto com a adopção da IFRIC 11.

#### *IFRIC 12 – IFRS 2 – Acordos sobre serviços de concessão*

O International Financial Reporting Committee (IFRIC) emitiu em Novembro de 2006 a IFRIC 12 – Acordos sobre serviços de concessão.

De acordo com a IFRIC 12, Serviços de concessão são acordos onde um governo ou uma entidade do sector público contrata o fornecimento de serviços públicos a operadores do sector privado. O controlo dos activos permanece no concedente mas o operador é responsável pela actividade de construção, bem como pela manutenção e funcionamento da estrutura pública.

A IFRIC 12 estabelece as disposições a serem aplicadas na mensuração, reconhecimento, apresentação e divulgação de actividades desenvolvidas ao abrigo de contratos de concessão de serviços públicos.

Esta IFRIC é adopção obrigatória para exercícios a partir de 1 de Janeiro de 2008.

O impacto da adopção desta norma encontra-se ainda em análise por parte da Fundação e do Grupo, não sendo possível determinar a esta data o impacto da mesma nas demonstrações financeiras.



### *IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações e emenda à IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras*

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 18 de Agosto de 2005 a IFRS 7 e a emenda à IAS 1.

A IFRS 7 introduz novos requisitos destinados a melhorar a informação divulgada nas demonstrações financeiras sobre os instrumentos financeiros e substitui a IAS 30 – Divulgações nas demonstrações financeiras de bancos e de instituições financeiras similares e alguns dos requisitos da IAS 32 – Instrumentos financeiros: Divulgação e apresentação. A emenda à IAS 1 introduz novos requisitos em matéria de divulgação relativamente à estrutura de capital das entidades.

Esta norma é de aplicação mandatória para exercícios a partir de 1 de Janeiro de 2007.

Decorrente da adopção da IFRS 7, os impactos esperados serão essencialmente ao nível das divulgações a efectuar no que se refere aos instrumentos financeiros.

### *IFRS 8 – Segmentos operacionais*

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 a IFRS 8 – Segmentos operacionais e está prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia para o segundo trimestre de 2007.

A IFRS 8 define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade

e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará a IAS 34 – Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação mandatória para exercícios a começar ou a partir de 1 de Janeiro de 2009.

A Fundação e o Grupo encontram-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

### *Emenda à IAS 21– os Efeitos das alterações em taxas de câmbio*

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 15 de Dezembro de 2005, uma emenda específica à IAS 21, que clarifica os requisitos da IAS 21 relativamente aos investimentos em operações no estrangeiro pelo que deverá contribuir para clarificar os requisitos de apresentação de entidades que investem em negócios que desenvolvem a sua actividade numa moeda diferente da sua.

Esta emenda ainda não foi aprovada pela Comissão Europeia.

## Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Fundação Calouste Gulbenkian**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de 3 077 527 milhares de euros e um total de fundo de capital de 2 767 174 milhares de euros, incluindo a transferência para o fundo de capital de 98 230 milhares de euros), as Demonstrações consolidadas das Operações, dos Fluxos de Caixa consolidados e das alterações no fundo de capital consolidado do exercício findo naquela data, e o Balanço individual em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de 3 010 615 milhares de euros e um total de fundo de capital de 2 767 174 milhares de euros, incluindo a transferência para o fundo de capital de 44 859 milhares de euros), as Demonstrações das Operações individuais, dos Fluxos de Caixa individuais e das alterações no fundo de capital individual do exercício findo naquela data, e nas correspondentes Notas explicativas.

## Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor e adoptadas pela União Europeia, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Fundação e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a transferência para o fundo de capital individual e consolidado das suas operações e os fluxos de caixa individuais e consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

## Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

› a verificação das demonstrações financeiras incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- › a verificação das operações de consolidação;
- › a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- › a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- › a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## Opinião

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira individual e consolidada da **Fundação Calouste Gulbenkian**, em 31 de Dezembro de 2006, a transferência para o fundo de capital individual e consolidado das suas operações e os fluxos de caixa individuais e consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor e adoptadas pela União Europeia.

Lisboa, 3 de Maio de 2007

KPMG & Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
representada por  
Jean-Éric Gaign  
(ROC n.º 1013)

